vinetur

Investigadores alemães em dependências pedem plano nacional para travar consumo de álcool e tabaco

A Alemanha ocupa o penúltimo lugar entre 18 países na prevenção; o tabaco e o álcool causam mais de 205 000 mortes por ano, segundo os investigadores

quarta-feira, 25 de novembro de 2026



Investigadores alemães na área das dependências apelaram na terça-feira, 24 de novembro, à criação de um plano nacional para travar o consumo de álcool e tabaco, argumentando que o país ficou para trás em relação a grande parte da Europa no que respeita à prevenção e à regulação.

O apelo foi feito em Frankfurt, durante a apresentação do 13.º Relatório Alternativo sobre Drogas e Dependências. Heino Stöver, investigador na área das drogas e presidente da associação akzept, afirmou que a Alemanha não dispõe de uma estratégia nacional coordenada de controlo do álcool e do tabaco e apresenta maus resultados nas comparações internacionais. Apontou o Public Health Index, que, segundo afirmou, coloca a Alemanha no penúltimo lugar entre 18 países no domínio da prevenção das dependências.

Stöver afirmou que o comissário federal para a droga não tem uma estratégia clara, um orçamento específico nem campanhas suficientemente fortes para enfrentar o problema. Criticou também aquilo que descreveu como uma fraca coordenação entre as autoridades federais e estaduais e a falta de cooperação estruturada com grupos de apoio a pessoas com dependências e organizações de autoajuda. Segundo afirmou, países como a Suíça e Espanha adotaram uma abordagem mais coordenada.

Os investigadores associaram as suas reivindicações a dados de saúde pública que, segundo afirmaram, revelam a dimensão do problema. De acordo com Stöver, o tabaco causa cerca de 131 000 mortes por ano na Alemanha, sendo o maior risco evitável para a saúde no país. O consumo de álcool causa mais de 74 000 mortes por ano e surge como fator concomitante em cerca de 300 000 atos de violência anuais, afirmou.

Entre as medidas propostas, Stöver defendeu a inclusão de advertências de saúde nos rótulos das garrafas de bebidas alcoólicas, à semelhança das que são usadas nos maços de cigarros. Defendeu também o alargamento dos espaços sem álcool para além das estações ferroviárias, de forma comparável às restrições ao tabaco, argumentando que as pessoas não devem ser confrontadas com o álcool em todos os espaços da vida pública.

Propôs ainda aumentar de 16 para 18 anos a idade mínima para comprar cerveja e vinho na Alemanha. Stöver afirmou que a Suécia obteve resultados positivos ao vender álcool apenas em lojas especializadas. Criticou também a facilidade de acesso aos cigarros na Alemanha, onde existem cerca de 340 000 máquinas de venda automática de cigarros, mais do que em qualquer outro país, e afirmou que os preços do tabaco não são elevados segundo os padrões europeus.

Como exemplo de uma regulação mais rigorosa no estrangeiro, Stöver afirmou que Inglaterra avançou com a proibição da compra de produtos do tabaco por pessoas nascidas em 2009 ou depois. No seu argumento mais amplo, sustentou que a Alemanha tem confiado demasiado no acesso e na responsabilidade individual, enquanto outros países recorreram de forma mais intensa a medidas de preços, restrições à venda e campanhas de saúde pública.

As propostas não são política governamental, mas poderão ter impacto no setor das bebidas se obtiverem apoio político. O aumento da idade mínima para comprar cerveja e vinho, a obrigatoriedade de advertências nos rótulos e regras mais rigorosas sobre os locais onde o álcool pode ser vendido ou consumido poderão afetar o acesso ao mercado, a embalagem e a distribuição de cervejeiras, adegas e empresas de bebidas espirituosas com atividade na Alemanha.

O relatório aumenta a pressão sobre um debate político que se tem intensificado, à medida que especialistas em saúde defendem instrumentos de prevenção mais fortes e os grupos do setor acompanham a possibilidade de alterações às regras de venda. Por enquanto, as recomendações fazem parte de um relatório independente e não de um pacote de medidas anunciado pelo governo, mas voltam a colocar a regulação mais rigorosa do álcool e do tabaco na discussão pública da maior economia da Europa.